

EXPERIÊNCIAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA NA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS DA UFMA

Sávio José Dias Rodrigues¹
Samara do Nascimento Souza²
Matheus Sousa Barros³

RESUMO

Objetivamos refletir sobre o ensino de Geografia da África, tomando por base a experiência da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da compreensão de territórios negros. Destacamos a posicionalidade na qual está inserida a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, enquanto uma iniciativa inédita. Caracterizada, sobretudo, por ser a primeira licenciatura em âmbito nacional estritamente voltada para os estudos relacionados às questões étnico-raciais. Para o presente trabalho, enfatizamos o papel desenvolvido pela disciplina “Geografia da África” podendo ser percebida em torno da aplicação da lei 10.639/2003, assim como reafirmação de uma territorialidade negra e étnica no Brasil (ANJOS, 2007), contendo uma relação imbricada com o continente africano e tendo como recorte o Estado do Maranhão que concentra em sua formação socioterritorial traços afrodipóricos que remetem à cultura, religiosidade e identidade da comunidade negra. Além de revisão bibliográfica, utilizamos relatos de alunas e alunos do curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros da UFMA sobre trabalho de campo realizado em Cabo Verde no ano de 2018, que faz parte das atividades interdisciplinares dessa graduação, com participação da disciplina de Geografia da África.

Palavras-chave: Geografia da África; LIESAFRO; Territórios Negros; Maranhão.

EXPERIENCES OF TEACHING GEOGRAPHY IN AFRICA IN THE DEGREE OF AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN STUDIES AT UFMA

ABSTRACT

We aim to reflect on the teaching of African Geography, based on the experience of the Interdisciplinary Degree in African and Afro-Brazilian Studies (LIESAFRO) at the Federal University of Maranhão (UFMA) and the understanding of black territories. We highlight the positionality in which the Interdisciplinary Degree in African and Afro-Brazilian Studies is inserted, as an unprecedented initiative. Characterized, above all, by being the first national degree strictly focused on studies related to ethnic-racial issues. For this work, we emphasize the role played by the discipline “Geography of Africa”, which can be seen around the application of law 10.639/2003, as well as the reaffirmation of black and ethnic territoriality in Brazil (ANJOS, 2007), containing an intertwined relationship with the African continent and focusing on the State of Maranhão, which concentrates in its socio-territorial formation Afro-diporic traits that refer to the culture, religiosity and identity of the black community. In addition to a bibliographical review, we used reports from students of the African and Afro-Brazilian Studies course at UFMA about fieldwork carried out in Cabo Verde in 2018, which is part of the interdisciplinary activities of this degree, with the participation of the Geography discipline of Africa

Keywords: Geography of Africa; LIESAFRO, Black Territories; Maranhão.

¹ Doutor em Geografia (UFC); Professor da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e coordenador do Grupo de Estudos Território e Trabalho (GETTrab/UFMA)

² Mestranda em Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e integrante do Grupo de Estudos Território e Trabalho (GETTrab/UFMA).

³ Mestrando em Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e integrante do Grupo de Estudos Território e Trabalho (GETTrab/UFMA)

Introdução

A Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO) iniciou sua primeira turma no ano de 2015, sendo uma iniciativa pioneira no Brasil, a partir de uma perspectiva de licenciatura interdisciplinar, avançando nos debates em torno da aplicação da Lei nº 10.639/2003⁴, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no âmbito do currículo escolar. Ao mesmo tempo, ela assume para si perspectivas do antirracismo e de uma educação que preza pela autonomia (NERIS, RODRIGUES e REGIS, 2020).

Os componentes curriculares da LIESAFRO têm o objetivo de superar a perspectiva eurocêntrica ou de uma história universal, trazendo o continente africano e a sua diáspora como centrais no entendimento do mundo, tornando necessário o que Molefi Kete Asante (2016) defende enquanto reposicionar “aos povos africanos que eles vejam a si mesmos no meio da sua própria história e não nas margens da Europa” (ASANTE, 2016, p. 5). Ainda que por outro lado encontra-se uma resistência na produção do conhecimento em admitir que “os antigos escravizados trouxeram consigo saberes, conhecimentos, tecnologias, práticas que lhe permitem sobreviver e construir um outro povo” (SILVA, 2003, p. 45-46). Compreendendo, desta forma, que não há uma História, Geografia, Sociologia ou Filosofias universais, mas sim, ciências com demarcações históricas e espaciais crivadas pelos marcadores de raça, classe, gênero ou sexualidade, que se materializam conceitualmente, temporalmente e espacialmente.

Nesse sentido, a organização do currículo e do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso LIESAFRO, tem priorizado a afirmação do continente africano na produção do saber, através do combate à negação das populações da diáspora africana (UFMA, 2018). A formação de professores no contexto da licenciatura tem como objetivo formar docentes nas áreas de: Geografia, Filosofia, História e Sociologia para o ensino fundamental, e, para o ensino médio com habilitação em História, fazendo cumprir com as demandas das secretarias municipais e estaduais de educação, além de reforçar no espaço escolar por meio dos componentes curriculares a aplicabilidade da lei nº10.639/2003. Ademais em sua formação de corpo docente, contamos com a participação de professores de diferentes áreas do conhecimento, tais como: Geografia, História, Sociologia e Antropologia. Além da atuação e contribuição direta de professores de alguns países do continente africano, como a Universidade Púnguè de Maputo- Moçambique.

⁴ Implementada em 2003 a lei nº10.639, torna obrigatório o ensino sobre História e Cultural Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, como bem consta no parágrafo 1º da referida lei “O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” Contudo, a mesma passa por modificações incluindo os povos indígenas, constando na lei nº11.645/2008 a obrigatoriedade dos “conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira e dos Povos Indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

Dentre as disciplinas da grade curricular do curso, enfatizamos o papel desenvolvido pela disciplina “Geografia da África”⁵ podendo ser percebida em torno da aplicação da lei nº10.639/2003, assim como reafirmação de uma territorialidade negra e étnica no Brasil (ANJOS, 2007), contendo uma relação imbricada com o continente africano. E de forma análoga colocando em destaque o que podemos chamar de “Territórios negros”, tanto no continente africano, como na sua diáspora, transformando-a em um instrumento na luta antirracista na educação. Assim, partimos de referenciais que tratam do conceito de “Território Negro” na Geografia, desde Renato Emerson dos Santos que faz uma análise da inserção das questões étnico-raciais no ensino de Geografia (SANTOS, 2009) e sua reflexão em torno de uma Geografia Decolonial que assume a categoria raça como eixo epistemológico (SANTOS, 2009); (ANJOS, 2007) ao analisar a formação dos quilombos no território brasileiro e desta forma serem lidos enquanto território étnicos; e por outras contribuições como (ROLNIK, 2007) apresentando o conceito pensando para além de localizações e situado nas cidades brasileiras.

Também o trabalho de Azânia Mahin Romão Nogueira (2018), quando apresenta a trajetória desse conceito na Geografia e localizando um problema chave: a raça não é um conceito analítico na Geografia hegemônica. Dessa forma, o conceito de “Território negro” assume importância nesse trabalho à medida que: 1) faz parte de um redirecionamento do pensamento da Geografia no sentido de abarcar a categoria raça para entender as dinâmicas territoriais; 2) admite a importância da raça para pensar a espacialidade; 3) evidencia territórios silenciados, sejam eles o próprio continente africano, sejam os territórios da diáspora africana.

O componente curricular da LIESAFRO, Geografia da África, pensando no contexto do Estado do Maranhão, coloca em pauta a questão dos “Territórios negros”, como localização, referência e afirmação. Considerando o estado a partir da sua territorialidade negra e quilombola, conferindo-o características que remetem à cultura, religiosidade, arquitetura, enfim, diversos traços herdados e que persistem em vários territórios quilombolas no estado, sejam em espaços rurais, sejam em espaços urbanos. Ao mesmo tempo, assumindo a afirmação do continente africano a partir de sua importância na produção desse território negro em transmigração.⁶

Para esse artigo, temos como objetivo refletir sobre a disciplina de Geografia da África, tomando por base a experiência da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO) da

⁵ Importante destacar que a disciplina Geografia da África segue uma divisão sequencial em duas partes. Sendo assim, Geografia da África I, ministrada geralmente no 3º período do curso e Geografia da África II ministrada no 5º período do curso. A primeira busca entender as dinâmicas econômicas, populacionais e dos espaços urbanos, já a segunda traz questões ambientais e exploração de recursos voltadas ao continente africano.

⁶ Fazendo uso da conceituação de “transmigração” da historiadora Beatriz Nascimento ao compreender a fragmentação desses territórios negros durante a diáspora, sendo reproduzido em diferentes espaços desde a travessia do atlântico e “da senzala para o quilombo, do campo para cidade” (RATTS, 2003, p. 65).

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a compreensão de territórios negros. Como metodologia realizamos uma revisão bibliográfica acerca da categoria território, aproximando o debate com os denominados territórios negros com autores(as) já citados, buscando a relação raça, território e Geografia para refletir acerca do direcionamento da disciplina e buscar novos referenciais no seu ensino que rompam com a tradição eurocentrada.

Também utilizamos os relatos de alunas (os) da LIESAFRO, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a partir do trabalho de campo realizado em Cabo Verde no ano de 2018, como parte das atividades do curso, que tinha como um dos eixos a disciplina de Geografia da África⁷. O trabalho foi realizado de maneira interdisciplinar, contando com a contribuição dos professores do curso das diferentes áreas do conhecimento as quais foram citadas anteriormente, fazendo um aproveitamento das demais disciplinas trabalhadas ao longo do curso. A vivência de campo tem a realidade da cidade de Praia, em Cabo Verde, teve a duração de 15 dias, onde os estudantes puderam realizar trabalhos técnicos, visitas, entrevistas, participação em eventos, rodas de conversa, colóquios, etc.

O texto está dividido em duas partes, além da introdução e considerações finais, trazendo na primeira parte uma reflexão em torno do conceito de território e a aproximação com o conceito de território negro, situando a categoria raça nesse debate. A segunda parte, refletimos sobre experiências decoloniais no campo da Geografia a partir da disciplina Geografia da África em interface aos relatos e experiências vivenciadas pelos(as) estudantes no trabalho de campo.

Território e raça como categoria geográfica: reflexões para pensar os “Territórios negros”

A categoria território pode ser entendida a partir da análise do espaço pelas relações de poder (SOUZA,2008). O conceito de território como espaço delimitado por relações de poder se difundiu amplamente na Geografia, sobretudo pelo seu papel protagonista nessa ciência. O debate ampliado em torno dessa disciplina traz à tona questões do uso do território (SANTOS, 2003) e de identidade territorial no seu sentido simbólico e cultural (HASBAERT, 2011) nos instigando a pensar essa categoria para além da própria delimitação, através dos sujeitos envolvidos, das formas de uso e das mediações desse uso, como sua apropriação.

Rogério Haesbaert (2011) reflete em torno dos significados para o conceito de território, desde a sistematização da disciplina da Geografia passando por algumas referências como: malha de gestão; ideia jurídica e de um espaço qualquer, sendo que os debates da disciplina colocam essas ideias

⁷ Vale ressaltar que este trabalho de campo, no âmbito da licenciatura LIESAFRO, é realizado uma vez ao ano, tendo como destino países do continente africano, ou territórios da diáspora, como por exemplo, comunidades quilombolas, a fim de contemplar todos os discentes em formação.

organizando o conceito em 4 perspectivas: naturalista, econômica, jurídico-política, integradora e relacional. O autor ao fazer a epistemologia do conceito, traz o contexto de formulação das referências, o que nos leva a uma questão fundamental: o conceito é parte das experiências concretas que a sociedade produz.

Já Milton Santos (1998) analisa o que seria um esquecimento do conceito território, em detrimento dos processos de globalização. Nesse processo, o território foi associado apenas às fronteiras dos Estados-nação. Como ele afirma: “Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (SANTOS, 1998, p. 15). Seu argumento passa pela “Dialética do Território”, em que sendo usado, ele é humano. Para ele, o território tem uma parcela técnica da produção, permitindo que as cidades locais ou regionais controlem o território, dando-lhe uma densidade técnica. Os conflitos escalares, juntamente com as técnicas, o avanço das transnacionais e da fluidez das informações dão ao território novas configurações de controle, mudando a fisionomia do conceito que sai de uma característica de homogeneidade para novos contornos. Assim, ele chama a atenção para as verticalidades no controle do território. Para ele, passaríamos de um território de continuidades, do espaço banal, a um território com seleções, controlado verticalmente a partir de demandas de poder, às quais ele atribui, sobremaneira às transnacionais.

Marcelo Lopes de Souza (2008) enriquece o debate ao conceituar território “[...] definido por e a partir de relações de poder [...]” como “[...] espaços dotados de significados, espaços vividos e aos quais se associam identidades coletivas bem como os processos de constituição e modificação do território e suas fronteiras visíveis ou invisíveis[...]” (Souza, 2008, p. 81). Notadamente, a perspectiva apresentada pelo autor aponta para uma analogia do território atravessado pelas subjetividades, ligados à formação identitária dos sujeitos formados no território e pelo próprio território. A conceituação proposta pelo autor, ao nosso entendimento abrange a possibilidade para pensar o conceito de território para além de uma visão materialista e objetiva do mesmo, tangenciando aspectos relacionados à classe, raça, sexualidade, gênero, entre outros, os quais dão configurações próprias ao território.

Essas contribuições nos apontam para o contexto social de produção de relações de poder em diversas escalas para pensarmos o conceito de território. Nesse sentido, a categoria raça pode ser apresentada como importante mediadora de relações sociais a partir de determinações de poder. A conceituação teórica de raça utilizada, nesse contexto, compreende-se a partir do cenário de uma sociedade construída nas hierarquizações entre sujeitos, que assumem o papel de dominação e exploração. Nesse segmento corroboramos com Santos (2009) ao enfatizar a posicionalidade da

categoria raça, como construção social e que regula as relações sociais, onde ao final o autor evoca atenção para as relações raciais no Brasil:

Esta “raça”, constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, tem vinculação direta com a Geografia. Afinal, como bem nos aponta Quijano (2007), quando falamos em “negros”, remetemos diretamente à ideia de uma comunalidade, se não biológica, de origem histórico-geográfica: África. Quando falamos em “brancos”, o mesmo se repete, com a ideia de uma origem que remete a Europa. O mesmo para “índios”, associados à América “amarelos”, associados à Ásia. Estes referenciais são absolutamente fruto de distorções, são construções artificiais que servem para produzir visões de mundo, visões do outro, orientar e regular comportamentos e relações – e, aqui, estamos mais especificamente falando do padrão de relações raciais brasileiro (SANTOS, 2009. p. 4).

Ao retomarmos esse pensamento trazendo um recorte espacial para o Brasil, podemos identificar que o entendimento/estudos acadêmicos sobre as relações raciais e suas diferenciações encontram desafios que por muito tempo impediu avanços sobre o tema. Um dos desafios construídos socialmente, é a ideia do mito da igualdade racial, potencializado com a ideologia do branqueamento científico, na tentativa de apagar os caracteres negroides, indígenas e de quaisquer outros grupos não brancos. Além de propagar o pensamento que:

[...] pretos e brancos convivem harmonicamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais e étnicas (...) constitui um modelo da ideologia das classes governantes tentando o impossível: provar a ausência do racismo na sociedade escravista (NASCIMNETO, 2016, P. 48-66).

Analisamos esse movimento da “democracia racial” enquanto ponto que agudizou o silenciamento das pesquisas sobre a questão racial no Brasil, fazendo perpetuar e normalizar as desigualdades existentes. Nogueira (2018) afirma que esse efeito fez predominar os estudos sobre classe no Brasil fundamentados principalmente pela corrente do materialismo dialético marxista, no qual a maioria dos estudos são acentuados para desigualdade de classe e a questão racial fica esquecida. Somente na década de 1970 com a forte inserção do Movimento Negro e a chegada de intelectuais negros nas universidades os estudos sobre questão racial passam a ser elaborados discutindo a realidade do Brasil, citamos brevemente: Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura e Abdias Nascimento.

Ainda que no campo da Geografia esta seja uma temática relativamente nova, na qual por muito tempo a Geografia brasileira tem tendenciado “a não discutir outros pontos além da classe social” (NOGUEIRA, 2018, p. 205). Se retomarmos aos estudos de Rolnik (2007); Ratts (2006); Garcia (2009) e Oliveira (2017); podemos identificar fenômenos socioespaciais interseccionados pela questão racial, sendo um avanço tanto para Geografias e Sociologia Urbana e das demais áreas do conhecimento.

Tomemos como base o estudo de Garcia (2009), no qual a autora busca compreender a segregação

urbana de forma correlacionada a natureza racial, a partir das cidades de Salvador e Rio de Janeiro. Ao analisar a segregação urbana inscrita no espaço dessas duas cidades, o estudo mostra que “as desigualdades raciais e a segregação urbana, em Salvador e no Rio de Janeiro, estão muito vinculadas à forma particular pela qual o racismo se introduziu e se desenvolveu na sociedade brasileira, produzindo, conseqüentemente, uma estrutura sócio-racial singular” (GARCIA, 2009, p. 437). Um dos exemplos que a autora traz é a aglutinação de conjuntos habitacionais nas bordas das cidades, formados majoritariamente por pessoas negras, corroborando para a segregação urbana e racial (GARCIA, 2009).

Oliveira (2017) analisa esse movimento como uma Gestão Racista do Espaço Urbano, na qual o Estado cria estratégias de reproduzir o racismo por meio da organização do espaço urbano, o autor cita exemplos da: I) gentrificação expulsando a população negra dos seu locais de moradia; II) a revitalização dos espaços arquitetônicos coloniais, despertando o interesse do capital para áreas de consumo do lazer e turismo, mas que por outro lado anulam “as tensões e os projetos pretéritos das populações pobres e negras silenciadas” no contexto colonial (OLIVEIRA, 2017, p. 85) e o necropoder como forma de coisificar as favelas estigmatizando esses espaços, aumentando exponencialmente o genocídio do negro. Em suma Oliveira define que o “Estado estabelece um urbanismo de defesa social criando espaços luminosos, emblemas da modernidade, e espaços opacos, expressão do mal-estar e do patológico da colonialidade a serem eliminados (OLIVEIRA, 2017, p. 85).

Nesse sentido, percebemos que a questão racial se apresenta espacialmente, gerando espaços, territórios, lugares e paisagens crivadas pela desigualdade racial e o racismo. Ao nosso entendimento, portanto, a categoria raça passa a ser um marcador social na produção de territórios, ao compreendermos o território delimitado e definido por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2008) e em consonância a raça e sua construção social, assume um papel de dominação e exploração, cristalizando no espaço o racismo enquanto uma forma e exercício de poder (NOGUEIRA, 2018). Assim, colocá-la como marcador social da produção de territórios possibilita pensar os territórios racializados, sendo lidos aqui “território negros” como subsídio para entender as dinâmicas territoriais da população.

O que está sendo denominado de “Territórios negros” parte de uma assimilação recente da Geografia de questões referentes à raça, conceito crivado de significações que se misturam com as demandas de uma sociedade construída nas hierarquizações entre sujeitos, como visto nos parágrafos supracitados. Nogueira (2018) ao analisar a construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil define que:

Os territórios negros são definidos a partir de relações de poder focadas na perspectiva racial, onde a identidade negra se faz presente, seja pela autodeclaração daqueles que se apropriam daquele espaço, mesmo que não de forma absoluta, seja pela presença de marcadores (...) Os territórios negros diferenciam-se não apenas pela simples presença de pessoas negras, mas pelos processos de identificação territorial pela qual essas pessoas se apreendem destes espaços, caracterizando-se pela resistência à colonialidade. Sendo assim, é possível falar de territórios negros mesmo quando falamos de espaços onde a população é majoritariamente negra, como no Brasil, pois não se trata de um processo de formar guetos em espaços brancos. (NOGUEIRA, 2018, p. 212).

Nesses termos, ao pensar na definição conceitual de território negro compreendemos que está para além do filtro de cor ou traços negroides, alinham-se aos marcadores sociais, culturais e simbólicos de diferenciação presentes no território.

Ainda nesse aspecto ao tratar da materialização do conceito podemos percebê-lo em diferentes contextos e espaços. Nos atemos nesse momento a experiência histórica e coletiva dos quilombos no Brasil, presente tanto nos espaços rurais como nos espaços urbanos. Anjos (2007) não trata especificamente sobre território negro, mas ao analisar os processos históricos e geográficos da formação territorial dos quilombos no país identifica que as referências culturais e simbólicas da população negra constituem para o que o autor define como “território étnico” o qual “seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, e, geralmente, a sua população tem um traço de origem em comum” (ANJOS, 2007, p. 116). Para Anjos (2007) estas relações de pertencimento territorial e traços de origem em comum podem ser percebidas a partir de alguns aspectos presentes no território quilombola, sendo visto enquanto um território étnico, são exemplos, a reprodução de tradições transplantadas de África para o Brasil, como o trato da medicina, artesanato, culinária, dentre outros.

Ainda nessa compreensão Raquel Rolnik (2007) corrobora acerca dos territórios negros no espaço urbano, formados sob heranças afrodiáspóricas da comunidade negra escravizada no Brasil, enquanto um movimento de resistência dos quilombos que acontece no espaço rural e espraia na paisagem urbana das cidades coloniais. Como fruto do sistema econômico escravista a população negra escravizada e mesmo aqueles alforriados, não detinham do poder financeiro/econômico, ficando impossibilitados para compra legal da terra.

Com efeito, os pequenos grupos começam a formar ao redor das cidades nos morros e encostas, casebres para “moradia” no intuito de exercerem atividades trabalhistas no centro das cidades o que mais tarde forma os espaços das favelas. O fazer da vida cotidiana dos sujeitos negros se configurava com o modo de vida urbano da cidade. Rolnik (2007) destaca os espaços em que os (as) negros (as) vivenciavam e realizavam seus serviços, como por exemplo, a senzala, espaço que representava o labor dos (as) escravos (as), pátios que aos poucos foram ocupados pelas liturgias

religiosas ligadas a ancestralidade africana, dessa maneira os pátios da senzala “[...] símbolo de segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade [...]” (ROLNIK, 2007, p. 76). Além das ruas das cidades que passam a ser território dos escravizados e libertos, na contiguidade dos trabalhos subalternos como sapateiro, lavadeiras, entre outros (ROLNIK, 2007).

Nesse sentido, podemos entender que a formação de um território racialmente definido como os territórios negros, passam a ser desvelados a partir de uma gama de processos políticos, sociais e econômicos como, por exemplo, a abolição da escravidão a qual não se seguiu com políticas sociais de inclusão dessa população, fazendo com que os(as) negros(as) libertos(as) fossem empurrados(as) para espaços marginalizados e empobrecidos, como subúrbios, favelas, morros etc (ROLNIK, 2007). Alinhando essa perspectiva teórica com a formação territorial do Estado do Maranhão podemos analisa-lo como um “Território negro”, seja em espaços rurais e nos espaços urbanos. Atualmente com base no levantamento realizado pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2022) o estado do Maranhão agrupa 594 territórios quilombolas, totalizando 846 comunidades remanescentes de quilombos. Essa formação atual é reflexo dos diversos processos que se ligam a(os) negras(os) que foram trazidos para o Estado, sendo um dos principais portos de recepção dessa população (CARREIRA, 1972). Isso aponta para uma história negra do território, assim, a grande quantidade de comunidades quilombolas no estado, ligadas a uma história econômica e territorial.

A cidade de São Luís, capital do estado, apresenta a presença da população quilombola, reafirmando os territórios negros e étnicos partindo da compreensão de Anjos (2007) no sentido de compartilharem uma identidade territorial e traços de origem em comum. Um exemplo, é o quilombo urbano Liberdade, na capital, São Luís, certificado no ano de 2018 pela Fundação Cultural Palmares como território quilombola. O território agrupa um conjunto de bairros, formado predominantemente por populações negras e quilombolas oriundas da baixada ocidental maranhense e de municípios como Alcântara (MA). A migração dessas populações para a capital, São Luís, foi motivada por: baixos salários agrícolas, pressão demográfica, concentração de terras nas mãos da elite agrária, inserção de projetos governamentais como a Base de Lançamento em Alcântara (ALMEIDA, 2006), além da recente liberdade, instituída pela lei Área em 1888, onde nesse contexto, a mão de obra não qualificada acaba integrando as atividades fabris da época sendo ocupados pelas populações negras quilombolas.

Outro fator que reafirma o quilombo urbano Liberdade enquanto um território negro é a concentração de manifestações culturais e religiosas presentes no território. Com base no mapeamento feito por Assunção (2017) foram identificadas manifestações culturais de matriz

africana, bem como: os terreiros (Ilê Ashé Ogum Sogbô, Ilê Ashé Yemowá/ Terreiro de Iemanjá, Ilê Ashé Obá Yzô entre outros); II) festividades culturais: Festa do Divino Espírito Santo, Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula; III) além das organizações políticas: Movimentos e Organizações Sociais, Movimento Hip Hop como o grupo Preta Anastácia, Movimento Hip- Hop Quilombo Urbano, o reggae, a capoeira, entre outros.

Além da importância histórica que o estado do Maranhão assume no período colonial, no qual as rotas comerciais dos escravizados foram consolidadas na capital maranhense (CARREIRA, 1967; 1972). A releitura da cidade de São Luís, com suas dinâmicas metropolitanas ligadas à ocupação territorial a partir da migração de quilombolas, suas ancestralidades, culturas, identidades passam a fazer parte da produção do território e que coloca a questão racial como mote central para pensarmos São Luís em quanto um território negro.

Nesse sentido, esses territórios devem ser pensados pelo que Milton Santos (2003) chama atenção para seu uso. O território usado é pensado como uma interação com atores sociais que favorecem ou negam ações. Assim, devemos nos atentar para os agentes envolvidos e suas práticas na produção do território, que podemos trazer aqui a partir: das dinâmicas religiosas, com um grande sincretismo; das dinâmicas culturais, que colocam elementos negros como centrais, assim como a capoeira, o tambor de crioula (SILVA, 2020), o bumba meu boi, da culinária negra (BRUSSIO; FERREIRA; RODRIGUES & SANTOS, 2019), dentre outros. Todos dão uma característica peculiar e um entendimento do território maranhense a partir de uma formação socioterritorial negra.

Experiências decoloniais e a Geografia da África: pensando territórios negros a partir do ensino de Geografia da África

A perspectiva pontuada acerca dos componentes curriculares da LIESAFRO têm o objetivo de superar o panorama eurocêntrico ou de uma história universal, trazendo o continente africano e a sua diáspora como centrais no entendimento do mundo.

Historicamente as maneiras e formas de pensar, bem como o conhecimento científico tem sido crivados pelo modelo eurocêntrico, não apenas iniciado na Europa Ocidental, mas de modo consoante espreado mundialmente entre outros continentes como forma de dominação e hegemonia da burguesia e do modo de produção capitalista (QUIJANO, 2005). Reproduzindo dualidades e hierarquias como: do primitivo ao civilizado; do tradicional ao moderno e do europeu ao não europeu (QUIJANO, 2005).

Comumente desde a trajetória educacional escolar até os níveis acadêmicos como a universidade, temos contato predominante com autores e autoras que seguem uma lógica estruturalista e

universal do conhecimento, anulando as singularidades dos espaços e seus diferentes contextos e sujeitos. Enquanto um movimento contrário, de uma educação escolar rompante com o eurocentrismo e o colonialismo no contexto dos currículos escolares e das universidades, está cada vez mais evidente que há muitas barreiras a serem superadas.

Como resultado dessas construções temos cristalizações reproduzidas no ensino escolar e na academia. Na escola por exemplo, temos os livros didáticos muitas vezes voltados para determinadas temáticas com o teor pejorativo sobre certos espaços e determinados grupos sociais. Ao tratar do continente africano, Ferracini (2010) pontua, enquanto uma visão negativada de um recorte temporal fixo da dominação territorial e imperialista das potências europeias sobre o continente, reafirmando assim que os conteúdos sobre África sejam retratados nos livros didáticos expondo apenas os cenários de subalternidade e do colonialismo. Além das generalizações concernentes ao continente e aos grupos sociais existentes, negligenciando a pluralidade étnica, linguística e territorial.

Já nas universidades, temos grande influência de pensadores do berço europeu que, por conseguinte, influenciaram nas formulações epistemológicas dos pensadores nacionais e assim de maneira sequencial aos intelectuais das outras escalas. Como o exemplo de não acomodação a esta “ordem sequencial” temos o geógrafo Milton Santos, o qual segundo as reflexões tecidas por Cirqueira (2010) entorno da trajetória socioespacial do intelectual negro brasileiro, relaciona que apesar de ter tido, durante o exílio, parte das suas teorias construídas na Escola Francesa, as mesmas não eram suficientes e geravam contradições ao confrontar-se com as realidades dos países ditos do terceiro mundo. Logo, a partir da experiência empírica do autor em diferentes polos, inclusive em países africanos, que segundo ele: “e é a partir dessa visão contrapontista que Milton Santos realiza suas críticas aos estudos de europeus sobre o terceiro mundo” (CIRQUEIRA, 2010, p. 134).

Aproximando essas reflexões para perspectiva geográfica, de modo recente podemos dizer que a Geografia se reposiciona a partir de tensionamentos, que apontam para o giro decolonial e as referências nos movimentos feministas, negro e LGBTQI+, etc.. Assim, há uma crítica a ideia de espaço único. Doreen Massey (2005), para contra argumentar sobre a ideia de um espaço único, diz que ele deve ser entendido como uma simultaneidade de histórias inacabadas. O espaço é a dimensão da multiplicidade. Esse direcionamento do conceito de espaço passa a fazer parte de um processo renovador da Geografia, que traz, por exemplo, categorias novas para se pensar as dinâmicas espaciais, como gênero, sexualidade e raça, sendo entendido como parte do “Giro decolonial”.

Devemos atentar que toda forma de conhecimento tem uma base espacial que coloca as demandas

de um contexto específico em evidência, o que nos remete a pensar que a própria ciência deve ser pensada a partir dessa base espacial. Ou seja, ela pode ser analisada como parte de uma demanda de uma realidade situada espacialmente e temporalmente, uma demanda da expansão territorial europeia, por exemplo, e de justificação da dominação territorial. Sendo assim, ela é território de um povo, mas também é instrumento territorial deste. A experiência colonial europeia usou da ciência como sendo artifício para domínio territorial. Cruz (2017) escreve que a experiência colonial não é uma coisa do passado, mas ela permanece. O fim do colonialismo na América Latina não significou o fim da colonialidade. Ela se manifesta em instituições política e acadêmicas, bem como: [...] nas relações de dominação/opressão, em nossas práticas de sociabilidades autoritárias, em nossas memórias, linguagem, imaginário social, em nossas subjetividades e, conseqüentemente, na forma como produzimos conhecimento” (CRUZ, 2017, p. 15).

Aníbal Quijano faz uma análise do padrão de poder global capitalista, que busca a partir do conceito de “colonialidade do poder”. Ele entende que o poder se estrutura em relações de dominação e conflito em quatro âmbitos básicos da vida: sexo, trabalho, autoridade e subjetividade e recursos/produtos. Sendo que dois eixos mobilizam a organização do poder capitalista: colonialidade do poder e a modernidade (QUIJANO, 2002).

Dessa maneira, Giro Descolonial é definido “[...] como uma forma sintética de nomear uma inflexão epistêmica, ética e política nas ciências sociais latino-americanas que coloca o nosso passado colonial como ponto de partida para pensarmos a especificidade de nossas sociedades” (CRUZ, 2017, p. 23). Renato Emerson também faz um apanhado do esforço de descolonização conceitual do capitalismo, trazendo autores como Grosfoguel, assim como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Santiago, Castro-Gómez, entre outros. Nesse sentido, ele localiza no primeiro a proposta de um “giro descolonial” do pensamento:

[...] a ideia de que o eurocentramento do mundo se dá através da imposição de uma relação de dominação batizada de “colonialidade” (do poder, do saber e do ser). Segundo esta, a modernidade se estabelece como padrão universal juntamente com uma contra-face, a colonialidade – que, diferente de colonização, a qual implica a existência de uma administração colonial. (SANTOS, 2010, p. 148).

Ele continua definindo a colonialidade, a partir de “[...] um padrão de poder que articula diversas dimensões da existência social” (SANTOS, 2009, p. 8). Assim, elementos como trabalho, subjetividade, autoridade, sexualidade, cultura, identidade, entre outras, são dimensões constituintes das experiências sociais de indivíduos e grupos. Ao mesmo tempo, fazem parte de um conjunto de relações de poder.

É nesse contexto que a reflexão de uma educação que seja consciente dos processos de colonialidade, assim como as alternativas criadas tornam-se importantes. A conquista, por parte do

Movimento Negro, da luta por uma educação antirracista tem-se a lei nº 10.639/2003 um marco histórico para a educação para relações étnico e raciais, como de: “reposicionar o negro e as relações raciais no mundo da educação” (SANTOS, 2009 p. 2).

Sendo assim, a Geografia que se transforma, reposiciona colocando as relações étnico raciais, como parte do entendimento das categorias chave (Espaço, Lugar, Paisagem, Região, Território, Escala), ao mesmo tempo que o trabalho da disciplina é no sentido de transformar os referenciais espaciais. Assim, ele diz: “Nesta compreensão, conhecer as configurações espaciais do mundo em que vivemos nos serve para identificar posições espaciais que são econômicas, sociais e políticas” (SANTOS, 2009. p. 3).

Esses aportes teóricos discutidos até aqui se colocam como importantes na Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO), curso de graduação interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís-MA. Onde a LIESAFRO tem como objetivo na formação de professores, fazê-los compreender as particularidades das relações étnico raciais no Brasil, refletindo sobre a representação da população negra nos materiais didáticos para assegurar uma educação para a igualdade étnico-racial, além de reconhecer o processo histórico de construção do conhecimento de diferentes grupos sociais etc. Nesse sentido, buscamos desenvolver no processo formativo um aporte teórico com linhas de pesquisas referentes a: Literatura africano e afro-brasileira, feminismo negro...

Ademais, esse curso tem na sua prática a realização de trabalhos de campo que abarquem os territórios negros no estado do Maranhão, levando em consideração a posição e a historicidade, tal como foi refletido até aqui. Destacamos os espaços quilombolas, indígenas, rurais e urbanos do estado, tendo como referência a historicidade étnica e racial, além das atividades de campo internacionais realizadas em países do continente africano.⁸

Em específico se tratando da disciplina Ensino de Geografia da África e a vivência de campo no país de Cabo Verde, podemos trazer elementos importantes para pensar os territórios negros no estado do Maranhão e em África. O primeiro são as representações realizadas desde o Brasil ao continente africano, com diferentes formas de olhar para esse espaço engendrado de diversos marcos importantes. O segundo é um movimento de renovação da matriz de pensamento geográfico que se situa na decolonialidade, e que vem sendo denominado de Giro decolonial. A importância que o Brasil dá ou deu ao continente africano pode ser localizada no tempo a partir de algumas referências: i) A partir da própria diáspora africana em que o país recebeu uma grande quantidade

⁸ O primeiro trabalho de campo foi realizado em 2018, levando 61 pessoas, entre estudantes, professores(as) e técnicas para a cidade de Praia, em Cabo Verde; O segundo trabalho de campo foi realizado em 2022, levando 17 pessoas, entre estudantes e professores(as) para a cidade de Maputo, em Moçambique.

de negros(as) africanos(as) escravizados(as); ii) a partir do direcionamento de projetos geopolíticos, sobretudo, da década de 2000, em que as relações internacionais brasileiras objetivaram um papel protagonista.

Nos centramos aqui em torno do trabalho de campo em Cabo Verde, por esta experiência ter um número maior de pessoas. Apesar de que a segunda experiência carece de algumas reflexões que poderão ser feitas em outro momento. O trabalho aconteceu no mês de novembro de 2018 e foi realizado no âmbito da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em convênio com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-MA) e a Universidade de Cabo Verde (UNICV). Participaram desse trabalho 61 integrantes, dentre eles docentes e discentes da Licenciatura e técnicas da SEDUC, que realizaram diversas atividades na cidade de Praia, capital de Cabo Verde, mas também com idas a cidades próximas, ainda na ilha de Santiago, uma das principais ilhas do país.

Cabo Verde foi escolhido pela sua relevância na formação territorial do Estado do Maranhão, lugar de oferta da Licenciatura. Essa relevância tem a ver com o transporte de pessoas que foram escravizadas, sobretudo, na costa ocidental do continente africano, e levados para os portos do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Luís. Sendo que São Luís-MA se tornou um dos principais lugares de recebimento, para alimentar com mão de obra forçada a produção agrícola no estado durante séculos XVII, XVIII e XIX.

Muitos trabalhos tem relatado essa importância de Cabo Verde para a formação territorial do Brasil, dentre eles Antônio Carlos Robert de Moraes (2001), quando aponta de experiências utilizando o modelo de plantations nas ilhas de Cabo Verde sendo trazidas para o Brasil. Antônio Carreira (1972) coloca de maneira crucial a posição que Cabo Verde tem na formação de uma sociedade escravocrata, localizando o papel das ilhas no triangulamento das trocas comerciais que envolvia o continente Africano, Portugal e as Américas. Seguindo a rota do tráfico negreiro, podemos pontuar a ilha de Santiago em Cabo Verde em direção aos portos brasileiros, dentre estes, está o porto de São Luís aparecendo com importantes valores monetários e não monetários fazendo a comercialização de escravizados e envio de mercadorias. Assim, Cabo Verde tem uma posição privilegiada no que diz respeito à formação territorial negra brasileira.

Ao mesmo tempo, entendemos Cabo Verde como um país que representa uma especificidade, assim como cada ilha desse país tem uma particularidade. Dessa maneira, no conjunto do continente, geralmente sendo tratado como uma grande massa homogênea de pessoas, culturas, etc, reconhecemos as diferenças que existem entre os diversos povos, espalhados pelos 54 países em diversas regiões, com suas historicidades e espacialidades.

A ida de discentes como parte da formação inicial na Licenciatura teve importantes repercussões para alunas(os), dentre elas, conhecer uma realidade específica que é apresentada sempre como uma generalidade, caso do continente e da especificidade que é Cabo Verde. Uma estudante fala assim: “A relação que poderia destacar entre o aprendizado nas disciplinas do curso e o trabalho de campo realizado em Cabo Verde foi de veracidade”, em que, segundo a estudante diz: “[...] o que nos foi relatado nas disciplinas acerca de África tivemos a oportunidade de comprovar [...]” (Estudante 1, mulher, 2019).

Sendo assim, os estudantes foram confrontados com uma das realidades do continente, e que puderam indagar o que é o continente africano a partir dessa particularidade. Nesse sentido, a conclusão passava pela observação das várias paisagens, que contrastavam com as representações do continente africano, sobretudo aquelas que indicavam pobreza, doenças e savana.

Uma das paisagens possíveis de se observar na cidade de Praia, foi o mercado informal, assim, a presença de mulheres nessa atividade foi marcante. Essa paisagem faz parte de uma outra perspectiva do olhar sobre o continente africano, que coloca realidades peculiares e específicas que, ao mesmo tempo, traz o tensionamento para esses(as) estudantes de que ali se trata de um pequeno recorte do continente. O que, no trabalho de campo, a todo momento eles relembavam, trazendo a comparação com outras representações de países do continente, como Moçambique, Gana, ou de outros que foram temas de aulas na disciplina de Geografia da África.

No mesmo sentido de conhecer configurações espaciais específicas, outra estudante coloca: “Podemos observar e aprender também sobre a cultura caboverdiana por meio da observação das pessoas nos ambientes e da interação com caboverdianos [...]” (Estudante 2, mulher, 2019), isso colocou a estudante, junto com o grupo, vivenciando os cotidianos do lugar, ressaltando peculiaridades da dança, da culinária e da identidade do país.

A História e a Geografia assumem importantes lugares nesse sentido. A partir delas podemos apreender a naturalização de uma narrativa universal, em que Europa aparece como única para se pensar o mundo, o que é base do próprio eurocentrismo. As narrativas apontam, por exemplo, para apenas uma história das colônias a partir das chamadas descobertas. Renato Emerson afirma que “A partir dela, os elementos constituintes do mundo atual – como o capitalismo, a globalização, a ciência – são únicos e têm sua gênese na Europa (SANTOS, 2009. p. 7).

Os relatos de estudantes apontam para uma ruptura a partir das disciplinas na LIESAFRO e para o trabalho de campo: “as experiências vivenciadas em Cabo Verde foram essenciais para o processo de desconstrução de estereótipos sobre a África mais precisamente a contexto caboverdiano” (Estudante 3, homem, 2019). Ou ainda:

Em Cabo Verde, as pessoas que conheci são trabalhadoras, estudam, vão em busca de seus ideais, estão num processo de reconhecimento de sua negritude e ajudando outros nesse processo. Em relação à situação de pobreza extrema e doenças – fatos que a mídia brasileira faz questão de relacionar à África – não tive conhecimento de pessoas nessa situação enquanto estive lá (Estudante 4, mulher, 2019).

Obviamente, essa última parte não quer dizer de uma inexistência da pobreza, mas, apenas, de uma não totalidade da população, representação tida como única do continente. A estudante assim ressalta: “No curso, tenho aprendido muitas coisas, mas principalmente a não ver o continente africano com um olhar romantizado e piedoso”.

Outro(a) estudante entrevistado(a) assim coloca:

Entre tantos momentos, creio que o aspecto fundamental é ter uma mudança de pensamento com relação ao que é África, desconstruir conceitos de uma África apenas pobre e precarizada. Sendo assim, vi um país que fala muitas línguas, com possibilidades de crescimento. Claro que um país [Cabo Verde] altamente conservador mais que busca ampliar seus conhecimentos (Estudante 5, Mulher, 2019).

Aqui podemos visualizar o importante papel que uma licenciatura, com sua dinâmica e seu conjunto de disciplinas, pautada numa outra forma de representação do continente africano tem na formação do olhar do(a) licenciado(a). Uma estudante assim se refere à formação da licenciatura “A teoria acerca do continente africano já nos traz um conhecimento rico e bem mais esmiuçado sobre a realidade de África, muito distante da forma simplista ensinada na escola” (Estudante 6, Mulher, 2019). Nesse sentido, uma teoria que não coloca a racionalidade enquanto universal e universalizante, mas que pensa outras formas de apreender a realidade, trazendo o movimento do concreto como sendo o responsável pela construção de conceitos. Não o conceito de continente africano como idealização, mas uma concretude, que os(as) estudantes puderam vivenciar uma dessas realidades.

Nesse sentido, podemos pensar a partir de um território transatlântico, onde este se mantém a partir de diversos elementos de integração, que vai para além da cor da pele, mas avança no que chamamos atenção lá atrás em torno da raça enquanto construção social. Assim, outra marca ressaltada pelos(as) estudantes em torno do trabalho de campo é a relação do país com o Brasil, mais especificamente com a realidade do Estado do Maranhão.

Nossa consideração de que o Maranhão enquanto “Território negro” a partir das características de formação territorial é remetida aqui de duas maneiras: 1) o próprio reconhecimento dessa formação territorial a partir da historicidade e espacialidade do envio de pessoas de maneira forçada que aportaram nos portos do Estado do Maranhão, que se vincula aos ciclos econômicos da escravidão, mas que mostram uma herança que rompeu a distância e se assenta no continente africano a partir das rotas e dos portos de envio; 2) reconhecer as ancestralidades que fazem parte de uma outra

Geografia do povo negro maranhense, a partir das identidades, religiosidades e elementos que ultrapassam as linearidades e racionalidades de um pensamento de causa e efeito. Dessa maneira, há um reconhecimento que pode ser muito bem refletido nos relatos, que mesclam as rupturas que as disciplinas favoreceram, mas também um reconhecimento de um território negro transatlântico. Um estudante traz o seu relato sobre a relação do Brasil com o continente a partir do aprendizado em torno da diáspora africana:

A principal contribuição verifica-se na comprovação, em definitivo, de que os povos africanos são de fato formadores da nossa história. Isto ficou claro na visita a Ribeira Grande (primeira capital de Cabo Verde) de onde partiram quase a totalidade dos povos escravizados que chegaram ao Brasil (Estudante 7, Homem, 2019).

Ribeira Grande, atualmente um assentamento urbano na cidade de Praia, foi um dos principais portos do país que atracavam navios que embarcavam e desembarcavam pessoas, suprimentos, mercadorias. A partir desses relatos, reposicionar o continente numa outra perspectiva é importante, ele faz parte do que é o Brasil atualmente, no que Rafael Sanzio dos Anjos (2009) chama de “A África brasileira”, com sua análise em torno da chegada de pessoas advindas nesse continente e sua reflexão em torno da composição da população brasileira. Aqui, esta análise também contribui nos chamados “Territórios negros”.

Considerações Finais

Esse artigo teve como objetivo trazer uma reflexão em torno do ensino de Geografia da África a partir da experiência da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO), da UFMA, em que essa disciplina é componente obrigatório, e teve como marco o trabalho de campo realizado por estudantes e professores(as) em Cabo Verde, país insular da costa ocidental africana.

O conceito de “Território negro” não se restringe a localização, mas sim, a uma produção oriunda da vivência de um grupo e de uma população. Nesse sentido a ideia de raça como construção social se liga para pensarmos o que seriam esses territórios no Brasil, trazendo a produção da vida de um grupo como mote para a diferenciação de um tipo de território.

Os relatos de estudantes apontam para um território negro, com traços de uma África brasileira, numa relação transatlântica com o continente africano. Origem socioterritorial, ancestralidade, até elementos da cultura, como culinária, danças ou religiosidades podem ser elencadas, sendo referidos pelos estudantes como importantes no sentido de desconstrução de estigmas espaciais e que podem ser rumos para uma nova leitura do continente.

O Ensino de Geografia da África na LISAFRO tem contribuído para romper com estereótipos nas

representações, avançando sobre reposicionar o continente africano a partir de outras referências espaciais, que não adotam o eurocentrismo como ponto de partida. Vemos também enquanto possibilidade e continuidade para tencionar as epistemologias eurocêntricas nos currículos formais. Situamos alguns avanços importantes ao longo desta trajetória educacional que reconheça os povos quilombolas e população negra, dentre elas está a lei nº10.639/2003 tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nos componentes curriculares, e, a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, a qual resumidamente consiste em “requerer uma pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente(...)” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 1).

Legislações como estas possibilitam (ao menos no plano teórico) a inserção de um conhecimento não hegemônico em sala de aula, de uma história universal ou de uma ciência única. Compreendendo assim que a história da África começa antes da colonização e o espaço africano não depende de conceitos espaciais demarcados em outros lugares. Dessa maneira, fazendo com que as peculiaridades do continente sejam importantes por si e no mundo. Assim, a importância do ensino dessa disciplina como possibilidade de uma educação antirracista. Isso ganha mais vulto quando posicionamos e localizamos a LIESAFRO, num dos estados mais negros da federação, como uma história encrustada da história negra, quilombola e indígena. Assim, o ensino de uma Geografia com uma referência que direciona para o continente africano é trazer a própria história de formação territorial dessa população.

Referências

ANJOS. R.S.A. **A África Brasileira tem população e territorialidade**. Acervo. Rio de Janeiro. nº 22. nº 2. p- 147-174. Jul-dez. 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41872> Acesso em: 28 jun. 2022.

ANJOS. R.S.A. **Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil**. In: Diversidade, espaço, e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil. Org. Renato Emerson dos Santos. Belo Horizonte. Autêntica, 2007.

ASANTE.M.K. **Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia**. Ensaios Filosóficos, Volume XIV– dezembro/2016.

ASSUNÇÃO. A. V. L. **QUILOMBO URBANO", LIBERDADE, CAMBOA E FÉ EM DEUS: Identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Maranhão UEMA. São Luís, 2017.

BRUSSIO, J. C., FERREIRA, D. L., RODRIGUES, E. M., & SANTOS, M. de J. F. **A culinária do Quilombo Saco das Almas: perdas e danos do patrimônio cultural quilombola**. Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros,2(3),2019.Disponível em:<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/artic>

[le/view/1 0306](#) Acesso em: 20/07/2022.

CARREIRA, A. **Cabo Verde e Guiné e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão** (um documento inédito para sua história). Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. V. XXII – Jul.-Out., N. 87-88, 1967. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufri.br/bitstream/doc/471/6/GF%2025%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acessado em: 13 de Ago. 2022.

CIRQUEIRA, D. M. **Entre o corpo e a teoria: A questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-ambientais, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1857>. Acessado em: 07 de Set. 2022.

DOREEN, M. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2005. FERRACINI, Rosemberg Lopes. **A velha roupa colorida: Brasil e África na Geografia Escolar**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 22, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/27567>> Acessado em: 07 de Set. 2022.

FERRACINI, R. **A África nos livros de geografia de 1890 a 2004**. Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v.4, n.2, p.6992.2010. Disponível em: http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geo_grafiaepesquisa/artic le/view/115 Acessado em: 23 de Jul. 2023

GARCIA, A. S. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade de D' Oxum e Rio de Janeiro cidade de Ogum**. Rio de Janeiro. Garamond, 2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18693-educacao-quilombola>> Acessado em: 10 de Ago. 2022.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**. Geografares, Vitória, no 2, jun. 2001. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/dis_poniveis/8/8136/tde09122022112900/publico/1991AntonioCarlosRobertMoraes.pdf Acessado em: 25 de Nov. 2022.

NERIS, C. S. C ; RODRIGUES, S. J. D ; RÉGIS, K. E. **O global e o local na construção de uma educação emancipatória para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira**. Práxis Educacional (online), v. 16, p. 91, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6361>> Acessado em 13 de Nov. 2022.

NOGUEIRA, A.M.R. **A construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil**. Revista de Geografia (Recife) . 35. N (especial). 2018.<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/artic le/view/234423>. Acessado em: 05 de Abr. 2022.

OLIVEIRA, D. O. **Colonialidade, biopolítica e racismo: uma análise das políticas urbanas no Rio de Janeiro**. In: Geografia e Giro Descolonial: experiencias, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Org. Valter do Carmo Cruz, Denílson Araújo Oliveira. 1ºed. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2017.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, globalización y democracia**. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León, Año 4, Números 7 e 8, Septiembre-Abril, 2002. Disponível

em: <<https://www.rrojasdatabank.info/pfpc/quijan02.pdf>> Acessado em: 13 de Nov. 2022.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf> Acessado em: 13 de Nov. 2022.

RATTS, A. **Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo. Instituto Kuanza, 2006.

RIBEIRO, A. rf C. T. **TERRITÓRIO USADO E HUMANISMO CONCRETO: O MERCADO SOCIALMENTE NECESSÁRIO**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/41.pdf>> Acessado em: 20 de Ago. 2022.

ROLNIK, R. **Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**. In: SANTOS, Renato E. dos. (Org). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil*. 2ª edi. Belo Horizonte: Gutenberg, 2007.

SANTOS, M. **“O retorno do território”**. In: SANTOS, M; SILVERIA, M. L. e Souza, M. A. (orgs.) *Território – Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1998.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003.

SANTOS, R. E. **Refletindo sobre a Lei 10.639: Possibilidades e necessidades do ensino de Geografia a partir de um tensionamento do movimento negro**. EGAL. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279505176_A_LEI_10639_E_O_ENSINO_DE_GEOGRAFIA_CONSTRUINDO_UMA_AGENDA_DE_PESQUISA-ACAO. Acessado em: 07 de Ago. 2022.

SILVA, J. P. da. **O tambor pra nós negros é uma segurança de vida: o tambor de crioula como instrumento de luta e resistência do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos**. Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros, 2(4), 2020. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/9742> Acesso em: 20 de Ago.2022.

SILVA, P. B. G. **Negros na universidade e produção do conhecimento**. In: *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Org. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOUZA, M. L. Fobópole: **O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros**. Projeto Político Pedagógico. São Luís-MA. 2018.